

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010917-56.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Sapra Landauer Serviço de Assessoria e Proteção Radiológica Ltda.**
 Requerido: **Labor - Imagem Diagnóstico Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Sapra Landauer Serviço de Assessoria e Proteção Radiológica Ltda propôs a presente ação contra a ré Labor- Imagem Diagnóstico Ltda Me, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 1.254,60, em razão do inadimplemento por parte da ré em razão das parcelas com vencimentos em 08/11/2015 a 08/01/2016.

A ré foi citada às folhas 33, todavia, não ofereceu resposta (folhas 34), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

A autora aduz ser credora das parcelas vencidas entre 08/11/2015 a 08/01/2016, na qual foram prestados serviços de Dosimetria Pessoal das Radiações no período de 01/10/2015 a 30/09/2016 e não foram quitadas. Sustenta que já tentou receber o valor de forma amigável, porém, não obteve êxito.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa de que não recebeu os valores alegados na inicial. Inteligência do artigo 319 do Código Civil.

A ré, citada pessoalmente, não ofereceu resistência, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil.

1010917-56.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 1.254,60, devidamente atualizada desde a propositura da ação e acrescida de juros de mora a partir da citação. Pela regra da causalidade, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 09 de janeiro de 2017.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**